TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 017/2014 ISSN 2177-9015

Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005)

Rogério Jerônimo Barbosa



centro de estudos da metrópole

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEM

ISSN: 2177-9015

Centro de Estudos da Metrópole

Diretora

Marta Arretche

Conselho Diretor do CEM

Adrián Gurza Lavalle
Antonio Sérgio Guimarães
Charles Kirschbaum
Eduardo Marques
Elisa Reis
Fernando Limongi
Gabriel Feltran
Maria Celi Scalon
Nadya Araújo Guimarães
Paula Montero
Sandra Gomes
Vera Schattan Coelho

Comissão Coordenadora do INCT

Antonio Sérgio Guimarães Eduardo Marques Elisa Reis Fernando Limongi Maria Celi Scalon Marta Arretche Nadya Araújo Guimarães Paula Montero

Editor de Textos para Discussão CEM

Rogerio Schlegel

Publicação online cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos como parte da pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, de forma a favorecer a difusão de informações para pesquisadores, estudantes e profissionais especializados e estabelecer espaço para troca de ideias e sugestões.

Os textos desta série estão disponíveis em: www.fflch.usp.br/centrodametropole

As opiniões emitidas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Estudos da Metrópole.

É permitida a reprodução dos textos e dados neles contidos, desde que citada a fonte e que não haja restrição expressa pelos autores. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



centro de estudos da metrópole

www.fflch.usp.br/centrodametropole Rua Morgado de Mateus 615 Vila Mariana 04015 902 São Paulo SP Brasil Fones 55 11 – 5574 0399/55 11 - 3091 0330

Fax 55 11 - 5574 5928

Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005)

Rogério Jerônimo Barbosa

Resumo

Este trabalho visa fornecer subsídios para o uso dos dados populacionais disponíveis através dos Censos Demográficos Brasileiros (1960-2010) e das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (1976-2005). Discuto aspectos da amostragem e cobertura das duas pesquisas – que podem se constituir em fontes de erros ou discrepâncias – e aponto possíveis caminhos para um uso válido e confiável das duas pesquisas em estudos longitudinais. Por fim, apresento resumidamente o conjunto de quesitos e itens que compuseram os questionários dessas pesquisas indicando, em linhas gerais, aspectos e informações que podem ser comparados ao longo do tempo. Planilhas em formato XLS acompanham este texto, fornecendo uma comparação mais detalhada e sistemática dos quesitos dos questionários.

1. Introdução

Este trabalho fornece subsídios para o uso dos dados populacionais disponíveis através dos Censos Demográficos Brasileiros e das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD). Apresento resumidamente o conjunto de quesitos e itens que compuseram os questionários dessas pesquisas indicando, em linhas gerais, aspectos e informações que podem ser comparados ao longo do tempo¹. O recorte temporal se estende de 1960 a 2010. Esse é o período para o qual dispomos dos microdados² dos Censos Demográficos – deste modo, mais especificamente, pretendo atender principalmente àqueles que pretendem trabalhar diretamente com esses bancos de dados, executando suas próprias análises. Em suma, o objetivo deste *paper* é se tornar um material de consulta, informando pesquisadores sobre as informações disponíveis (e potencialmente úteis) naquelas pesquisas.

Para além do fato de que 1960 é o primeiro ano para o qual possuímos acesso às informações mais detalhadas, esse é também o ano no qual o IBGE introduziu nos censos um sistema de amostragem: uma fração da população responde um questionário mais extenso, que cobre também as mesmas questões aplicadas ao universo (não-amostra). A amostra permite estudos mais aprofundados para alguns temas, o que não seria (logística e economicamente) viável na escala populacional. Com o advento da pesquisa amostral, o número de tópicos investigado na população completa foi se tornando mais reduzido, uma vez que a amostra abrange um contingente bastante extenso (em torno de 25 milhões de pessoas), possui uma ínfima margem de erros e não perde nada em termos de validade e confiabilidade. Os dados do censo propriamente (do universo) apenas se revelam interessantes quando o caso é analisar níveis geográficos muito desagregados - o que raramente é pretendido por sociólogos, cientistas políticos, economistas ou demógrafos. São os geógrafos e urbanistas os que mais fazem uso dessas informações, mas geralmente já na forma de bancos de dados agregados por setores censitários (aglomerados de cerca de 250 a 350 domicílios). Devido ao desenvolvimento intenso da qualidade da informação e à grande expansão do acesso público a bases de dados estatísticas em geral, o IBGE, desde 2000, não disponibiliza mais os microdados do universo – sob a justificativa de que o detalhamento das informações poderia violar o sigilo dos respondentes. Deste modo, o que os pesquisadores têm à mão basicamente são os microdados da amostra e os dados agregados por setor censitário. Neste texto, pela expressão "censo" me refiro aos microdados da amostra.

As Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNADs), realizadas anualmente pelo IBGE, se constituem como a segunda principal fonte de dados populacionais, após os Censos Demográficos. Apesar de que, no nível mais desagregado, sua representatividade se limite às unidades da federação e a nove

¹ Importante destacar, logo de início, que as possibilidades de comparabilidade não são esgotadas aqui, uma vez que a análise se baseia na avaliação dos questionários das referidas pesquisas e não nas variáveis de seus bancos de dados. Desse modo, não são tratadas aqui todas as transformações e combinações de variáveis que podem ser executadas com vistas à padronização e aproximação do significado dos dados.

² As pesquisas domiciliares do IBGE entrevistam todas as pessoas de uma residência. As unidades de coleta são os indivíduos – ou seja, eles são o nível mais desagregado e detalhado ao qual se pode analisar. Um banco de dados constituído pelas unidades básicas de coleta é chamado de banco de microdados. As pessoas entrevistadas, no entanto, fazem parte de coletivos ou aglomerados de ordem superior. Assim, a partir dos microdados de indivíduos é possível constituir dados agregados por domicílios, setores censitários, municípios, estados etc.

regiões metropolitanas, sua regularidade, padronização e abrangência temática a fazem despontar em importância. Como forma de complementar as informações sobre os períodos intercensitários, selecionamos quatro rodadas da PNAD, para que tivéssemos uma observação no ponto médio de cada decênio. Os anos selecionados foram: 1976, 1985, 1995 e 2005. Os questionários das PNADs são divididos em duas partes: questionário básico e questionário suplementar. É importante ressaltar que a estrutura da seção básica mantém substantivamente constante no interior de cada década de modo que o conhecimento de uma edição de um decênio permite, portanto, um bom vislumbre acerca dos dados constantes nos demais anos. Deste modo, a sequência cronológica das pesquisas aqui consideradas no período 1960-2010 é composta por: Censo 1960; Censo 1970; PNAD 1976; Censo 1980; PNAD 1985; Censo 1991; PNAD 1995; Censo 2000; PNAD 2005; Censo 2010.

O questionário básico das PNADs contém algumas características sobre o perfil da população, dados sobre a educação e sobre o mercado de trabalho, enquanto os temas dos questionários suplementares variam de ano a ano. No correr da existência da pesquisa, muitos temas suplementares foram investigados de forma periódica e recorrente. Para os fins deste relatório, os questionários suplementares não serão abordados. Abriremos exceção apenas para, os temas da migração, trabalho infantil e fecundidade que foram replicados com grande frequência e regularidade e estiveram presentes em quase todas as edições das décadas de 1990 e 2000, praticamente passando a integrar o questionário básico.

Na segunda seção (que se segue), apresento informações gerais sobre a cobertura das amostras dos Censos Demográficos e das PNADs, com enfoque nessas últimas. Com isso, discuto sobre as possíveis fontes de divergências entre os resultados das duas pesquisas e aponto caminhos para alcançar comparabilidade e identificar possíveis vieses. Na terceira seção, apresento uma comparação longitudinal dos quesitos dos questionários dos Censos e PNADs (uma versão mais completa e detalhada, comparando alternativa a alternativa pode ser encontrada nas planilhas em formato XLS que acompanham este texto).

Por fim, é importante lembrar que este trabalho se encontra num formato de "texto para discussão" — assim agradeço já de antemão a todos os possíveis comentários e retornos quanto a quaisquer incompletudes, erros ou problemas que forem encontrados na comparação sistemática realizada.

2. Aspectos gerais sobre a comparabilidade dos Censos e das PNADs

2.1. Cobertura temporal e geográfica

Como podemos ver no quadro 1, a PNAD foi à campo pela primeira vez em 1967 abrangendo apenas as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e o Distrito Federal; até 1969 sua realização era trimestral. Em 1970, houve interrupção da pesquisa em função da realização do censo e, desde então, isso ocorre em todos os anos censitários - ou seja, a PNAD não é aplicada nos anos em que o censo é aplicado. A partir de 1971, sua realização passa a ser anual. Em 1973, o escopo de abrangência geográfica se amplia, passando a incluir as zonas urbanas das regiões Centro-Oeste e Norte. Esse desenho permanece até o fim da década de 1970. Em 1981, há a inclusão da zona rural do Centro-Oeste (que, à época, ainda incluía o Tocantins) e este será o desenho amostral em vigor até 2003. Finalmente, em 2004 foram incluídas as zonas rurais dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá. Apenas a partir desse ano a PNAD se torna de fato representativa de todo o Brasil.

Quadro 1 - Cobertura geográfica das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (1967-2012)

Och at a		Período	Período											
Cobertura		1967-1969 (Trimestral)	1971-1972 ³	1973-1979	1981-2003 ⁴	2004-2012								
Nordeste		X	X	X	Χ	X								
Sudeste	•	X	X	X	Χ	X								
Sul		Х	Х	X	Χ	X								
Distrito Federal		Х	Х	Х	X	Х								
Centro-Oeste	Urbano			Х	Х	Х								
(exceto Goiás)	Rural				Х	Х								
Norte (exceto	Urbano			Х	Х	Х								
Tocantins)	Rural					Х								
Coiós l Tosantina	Urbano			Х	Х	Х								
Goiás+Tocantins	Rural				Х	Х								

A comparação rigorosa entre os dados censitários e aqueles provenientes das PNADs devem levar em conta essas diferenças na cobertura geográfica –restringindo-se às áreas comuns. Mas ainda que a PNAD tenha se tornado efetivamente nacional a partir de 2004, seu desenho amostral e procedimentos de coleta podem gerar vieses ou imprecisões, fazendo com que seus dados sejam divergentes com relação a registros administrativos sobre os mesmos temas pesquisados (e.g. Registro Civil, RAIS, CadÚnico etc.) e com relação aos próprios censos (cf. Souza, 2010). Na próxima seção, os efeitos do desenho amostral da PNAD serão tratados mais detalhadamente.

Os censos, por sua vez, por definição, são sempre nacionais — e suas amostras abrangem níveis detalhados intramunicipais de todo o país. No entanto, há ressalvas a se fazer. O Censo de 1960 representaria um marco de modernização do processamento de dados pelo IBGE, que na época havia adquirido computadores avançados para executar tal tarefa. No entanto, a digitalização dos questionários coletados em campo foi interrompida devido a embargo judicial e os procedimentos tradicionais (não computadorizados) teriam sido os efetivamente adotados. Noutras palavras, naquela época, não se produziu microdados digitais para o Censo de 1960. Os detalhes e filigranas dessa história são ainda obscuros⁵.

Fato é que os microdados oficiais disponíveis para a amostra do Censo Demográfico de 1960 contêm informações apenas para 14 estados da Federação —estão ausentes as informações para os estados da antiga Região Norte, de Santa Catarina e do Espírito Santo (cf. Reis et al., 2011, p.2). Esses dados estão disponíveis para download em diversos sites de consórcios internacionais de informação, como por exemplo, o do Integrated Public Use Microdata Series — International (IPUMS-Internacional), da Universidade de Minnesota.

Não obstante, circula informalmente entre os pesquisadores uma versão dos microdados da mostra do Censo de 1960 que possui informações sobre todo o país. Ela

³ Nos anos de 1974 e 1975, a PNAD não foi aplicada em função da realização de uma pesquisa especial denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef).

⁴ Em 1990, a PNAD foi realizada excepcionalmente, posto que o Censo Demográfico foi adiado para 1991. Em 1994, não houve aplicação da PNAD.

⁵ No contexto do Projeto Censo, desenvolvido no Centro de Estudos da Metrópole, nossa equipe entrevistou os pesquisadores Elza Berquó e Nelson do Valle Silva, que trabalharam com o IBGE e tiveram contato com os produtores dos censos (cf. Barbosa *et al*, 2013). Nossos entrevistados relatam muitos dos meandros e curiosidades envolvidas nessa edição do censo.

seria composta por uma fração de 1,25% da população (com aproximadamente 900 mil casos), sendo representativa apenas das unidades da federação, não sendo possível inferir sobre níveis geográficos mais desagregados. Alguns suspeitam que essa seria a mesma amostra utilizada nos estudos clássicos sobre desigualdades no Brasil, como os de Albert Fishlow (1972), Rodolfo Hoffmann (1971) e Carlos Geraldo Langoni (2005, [1973]). Consideradas as especificidades do Censo de 1960, os dados dos demais anos estão completos.

2.2. Amostragem da PNAD

Outro aspecto fundamental para a garantia da comparabilidade decorre do processo de amostragem empregado na PNAD. O desenho amostral parte de uma estratificação que visa tornar a pesquisa representativa para determinadas regiões de interesse:

- As nove regiões metropolitanas pré-Constituição de 1988 (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém)
- Unidades da federação

Em linhas gerais, a PNAD se baseia numa amostra em múltiplas etapas. Na primeira, o país é dividido, grosso modo, em três estratos: regiões metropolitanas (as nove supracitadas), municípios autorrepresentativos (com maior população, e que certamente comporão a amostra) e municípios não autorrepresentativos (todos os demais municípios).

No interior desses estratos há um sorteio de conglomerados com probabilidade proporcional ao tamanho que possuíam no momento da aplicação do Censo Demográfico que marca o início da década. No caso das RMs, num primeiro estágio realiza-se um sorteio de conglomerados, isto é dos municípios componentes. Num segundo estágio sorteiam-se setores censitários e, por fim, num terceiro estágio, domicílios. Os domicílios são sempre sorteados através de amostragem sistemática com equiprobabilidade. As capitais dos estados e os maiores municípios são incluídos na amostragem com probabilidade igual a 1 — esse é grupo chamado de autorrepresentativo. Neles, os conglomerados sorteados no primeiro estágio já são diretamente os setores censitários e no segundo estágio os domicílios. No estrato dos municípios não-autorrepresentativos, sorteiam-se primeiramente municípios, em seguida setores censitários e por fim domicílios. Para permitir a inferência estatística dos dados populacionais, são calculados pesos para os domicílios e indivíduos com função de calibragem e expansão (cf. Nascimento Silva, Pessoa e Lila, 2002).

Um desenho amostral desse tipo é chamado de "Amostragem Complexa", pois aplica diversas técnicas (estratificação, sorteio de conglomerados, amostragem sistemática e calibragem) e é feita em diversos estágios. Como nas amostras aleatórias simples (AAS), as amostras complexas permitem que a inferência estatística de estimativas pontuais (totais, médias, razões, proporções etc.) possa ser feita normalmente, desde que mediante a aplicação de pesos (se a amostra não for autoponderada, como é o caso da PNAD). No entanto, medidas de erro e confiabilidade da amostra (e.g. erros-padrão) tendem a ser fortemente subestimadas. Por *default*, os pacotes estatísticos tradicionais assumem que a amostra em uso é AAS, o que faz com que todos os testes de hipótese e cálculo de estimativas intervalares para amostras complexas sejam enviesados (não é raro encontrar um erro-padrão subestimado em 50 vezes ou mais).

Como dito anteriormente, é frequente encontrar incongruências entre os dados da PNAD e de registros administrativos ou censitários. Parte das discrepâncias é devida aos erros amostrais comuns a quaisquer pesquisas e, desse modo, possuem distribuições de probabilidade e propriedades conhecidas, que tornam possível o cálculo de margens de erro e intervalos de confiança. No entanto, quanto os pacotes estatísticos assumem que se trata de uma AAS, eles produzem a subestimação dos erros amostrais – tornando impossível saber se as diferenças encaixam-se na variabilidade esperada ou se são estatisticamente significantes.

Diversos pesquisadores tentaram contornar o problema com alternativas próprias. Um primeiro grupo de pessoas que aborda esse problema é composto por aqueles que propõem o uso de modelos estatísticos que não sofrem influência substantiva do desenho amostral (por exemplo, o Modelo Pró-fluxo para análise da defasem escolar; cf. Fletcher e Costa Ribeiro [1988]). Um segundo grupo adota critérios mais exigentes para os testes de hipótese (cf. Fernandes, 2004). Ambas as alternativas são válidas. A primeira, porém, não é viável para todos os casos. A segunda, apesar de reduzir a probabilidade de aceitação ou rejeição de hipóteses inadequadas, ainda incorre num acentuado grau de incerteza, pois os parâmetros das distribuições dos erros continuam desconhecidos. Há um terceiro grupo que aplica medidas de correção aos pesos, tornando-os apenas fatores de ponderação e calibragem, que não fazem a expansão para os totais da amostra⁶. Com esse procedimento, medidas que são muito sensíveis a grandes N, se tornam menos infladas (como é o caso dos testes qui-quadrado ou de testes de hipótese paramétricos⁷), mas ainda persiste o problema da subestimação das medidas de dispersão - ou seja, os erros amostrais continuam enviesados para baixo, fazendo com que essa não seja uma solução suficiente.

Por fim, há ainda aqueles pesquisadores que decidem por rejeitar por completo a aplicação dos pesos, na expectativa de talvez tornar "menos complexa" a amostra. No entanto, um procedimento como esse acaba por sub ou sobrerrepresentar alguns dos estratos, que intencionalmente possuem frações amostrais distintas devido ao próprio desenho de pesquisa. Consequentemente, cálculos assim realizados não apenas deixam em aberto o problema das medidas de dispersão, como acabam por gerar viés também para as estimativas pontuais (este foi o caso de De Negri et al., 2001, ao compararem os dados da PNAD com os da RAIS). Os pesos não devem ser desconsiderados em hipótese alguma. Coincidências nas frequências com e sem peso podem ser devidas a coincidências meramente eventuais.

Nascimento Silva, Pessoa e Lila (2002), responsáveis pela metodologia de pesquisas do IBGE, apresentam um meio para incorporar o desenho amostral das PNADs no cálculo das medidas de dispersão através da identificação dos estratos e conglomerados dos quais fazem parte os domicílios e indivíduos. O procedimento de correção indicado pelos autores pode ser implementado através de pacotes estatísticos específicos (como o SUDAAN) ou de uso geral (R, Stata, SPSS). As instruções são dirigidas às PNADs das décadas de 1990 e

⁻

 $^{^6}$ Se os pesos amostrais expandem o número de casos (n) para os totais da população (N), é possível "remover o fator de expansão", através do seguinte cálculo: $Peso_ajustado = \frac{n*(Peso_Expandido)}{N}$. O peso com expansão é também chamado de *frequency weights* (FW) e o peso ajustado de *analytic weights* (AW). Alguns softwares, como o Stata, já transformam automaticamente os FW em AW.

 $^{^7}$ No caso de um teste de médias, por exemplo, o erro padrão é dado por $\frac{S}{\sqrt{n}}$. Os programas estatísticos assumem que esse "n" na fórmula é aquele dado pelas frequências já ponderadas. Assim, se o peso contiver um fator de expansão, o resultado da fórmula será artificialmente reduzido, enviesando o cálculo dos p-valores e gerando falsos resultados estatisticamente significantes.

2000. Entretanto, para as décadas de 1970 e 1980, a estrutura dos bancos de dados diverge muito dos exemplos utilizados pelos autores — de modo que os mesmos procedimentos não se aplicam a esses períodos. Uma pesquisa deve ainda ser realizada para saber como levar em conta o plano amostral na análise dos dados dessas décadas. Como alternativa, é possível aplicar alguma das soluções correntes indicadas acima.

Souza (2010) assinala, no entanto, que uma parcela significativa das divergências entre dados da PNAD e registros administrativos se deve à forma de coleta e à abrangência e representatividade geográfica. Em seu trabalho, dedicado ao estudo das diferenças nos resultados com respeito aos beneficiários do Bolsa- Família entre PNAD e CadÚnico, o autor propõe um método para decomposição dos erros de inferência — que se devem a problemas de representatividade (dado o fato de que os sorteios proporcionais ao tamanho minimizam a representatividade de municípios e setores censitários pequenos) e de captação (que podem ser devidos a problemas dos instrumentos de coleta).

Como Souza (2010) bem nota, a amostragem PNAD seleciona um grupo de municípios no início de uma década, após um censo, e mantém constantes essas localidades durante todo decênio: "Os mesmos 851 municípios selecionados para a PNAD de 2001 continuaram sendo pesquisados em todos os anos, até 2009" (p. 10). Ou seja, a cada decênio existe uma amostra-mestra, dentro da qual apenas variam os setores censitários e domicílios sorteados anualmente. É justamente esse fato que faz com que, se os municípios selecionados têm algum viés de representatividade em algum quesito, esse viés seja reproduzido durante todas as rodadas intercensitárias – o que amplifica o problema da representatividade dos municípios menores pertencentes ao estrato não-autorrepresentativo.

No entanto, na década de 2010, o IBGE implementou um sistema de amostragem mais disperso territorialmente (Freitas *et al*, 2007). As PNADs de 2011 e 2012 já trazem amostras muito mais bem distribuídas (cf. IBGE, 2011), que proporcionam maior confiabilidade para as inferências sobre regiões rurais e urbanas não-metropolitanas.

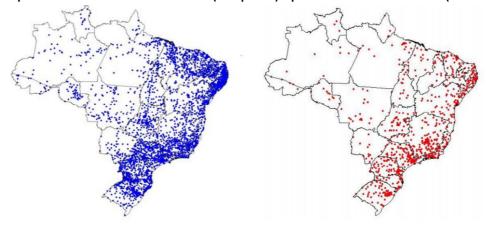


Figura 1 - Municípios que contêm setores selecionados para a Amostra Mestra do Sistema integrado de Pesquisas Domiciliares – década de 2010 (à esquerda) e para as PNADs de 2001-2009 (à direita)

Figura reproduzida de Freitas et al, 2007. Também reproduzida por Souza (2010)

2.3. Estrutura dos questionários

Após tomar em conta as especificidades da cobertura e da amostragem, resta saber em que medida os quesitos dos questionários e a estrutura dos bancos de dados permanecem estáveis no tempo, isto é, em que medida uma mesma gama de quesitos, conceitos, enunciados e alternativas se mantém constante.

De início, nos deparamos com o contundente fato de que no Censo de 1960 havia apenas 24 questões dirigidas aos moradores e 13 quesitos dedicados às características dos domicílios, enquanto que no Censo de 2010 houve 23 itens dedicados ao domicílio e cerca de 100 aos indivíduos. As PNADs, por sua vez, sempre possuíram questionários consideravelmente mais extensos, mesmo se nos ativermos apenas à sua estrutura básica. Some-se a isso o fato de que, no correr dos anos 1980 e 1990, ocorreu uma grande inflação das seções demográficas e sobre mão-de-obra (faço lembrar que o IBGE classifica a PNAD como uma pesquisa sobre "trabalho e rendimento"). Deste modo, por exemplo, somente a seção sobre mercado de trabalho das PNADs dos anos 1990 e 2000 passa a superar o número de quesitos dos questionários completos de quaisquer edições do censo.

Há que se acrescentar que as mudanças nos questionários, tanto dos censos como da PNAD, não foram inclusões de novas questões de modo meramente aditivo. Houve inúmeras substituições, fusões e alterações – inclusive nos conceitos que norteiam as perguntas. Ainda assim, apesar de tantas edições nos questionários, os constrangimentos gerados para o exercício comparativo não implicam obstáculos intransponíveis. As próximas seções se dedicam ao exame de cada tema investigado nos censos e nas PNADs, avaliando a constância de seus quesitos.

3. Comparação dos quesitos

Diversos trabalhos se dedicam à análise minuciosa de questões de pesquisas do IBGE. Na grande maioria das vezes circunscrevem-se a temas ou seções específicas dos questionários, o que lhes permite maior aprofundamento. Neste *paper*, serão abordados todos os temas que constaram nos questionários dos anos selecionados dos censos e das PNADs. Devido ao escopo mais amplo deste empreendimento, não será possível abordar em detalhe todas as questões. Limitar-nos-emos à comparação dos enunciados e alternativas de resposta; apenas ocasionalmente abarcando os conceitos implicados nos quesitos.

As principais fontes de informação utilizadas foram os Questionários da Amostra dos Censos (cujo código identificador no IBGE é CD 1.02), o Manual do Recenseador (CD 1.09), o Questionário Básico das PNADs (PNAD 1.01) e o dicionário de códigos das PNADs. Os três primeiros itens estão disponíveis no site do IBGE (dentro da seção 'Produtos e Serviços > Biblioteca > Instrumentos de Coleta'). Os dicionários de códigos acompanham a documentação dos bancos de dados das PNADs.

Foi realizado um exame detalhado desses questionários, com pareamento de todos os itens e alternativas de resposta. O resultado desse exercício consta em duas planilhas disponíveis em formato Excel - e que seguem como anexo da versão eletrônica deste trabalho. Nas subseções seguintes serão apresentados apenas quadros-resumo. Eles oferecem um panorama simplificado, permitindo uma leitura mais rápida.

É preciso sublinhar que o pareamento realizado aqui não esgota todas as possibilidades de comparação longitudinal — como já dito anteriormente. Não raro, um conjunto específico de variáveis de um banco de dados pode ser recodificado ou combinado de forma a gerar construtos idênticos ou muito semelhantes aos que são possíveis através do uso de variáveis distintas de outro banco de dados. Em alguns casos, a criação desses indicadores ou escalas depende apenas do conhecimento de técnicas estatísticas específicas (como técnicas de análises de traços latentes: Análise Fatorial, Teoria de Resposta ao Item etc.); noutros, os construtos são derivações de perspectivas teóricas e, por conseguinte, dependem de conhecimento substantivo do tema em questão (a exemplo de 'Escalas Socioeconômicas', 'Escalas de Prestígio Ocupacional', 'Índice de Déficit Habitacional' etc.) Isso implica que é impossível ser exaustivo na sugestão de caminhos para a criação desses indicadores compostos —e todos os construtos desse tipo, depois de elaborados, devem se sujeitar a uma avaliação sobre sua validade e confiabilidade. Por esse motivo, a elaboração de indicadores desse tipo não será abordada —sua implementação pode ser estudada caso a caso.

3.1. Domicílios⁸

Até a década de 1950, os quesitos sobre domicílios não eram ordenados de modo a compor por si só um bloco autônomo nos questionários. Além disso, os quesitos eram preenchidos diretamente pelo chefe do domicílio. Em 1960, cresceu o número de perguntas dedicadas ao tema (passando de 5 para 13), no entanto a aplicação dessas questões se tornou restrita à amostra. Somente em 1980 houve expansão desse escopo para toda a população; e nesse mesmo ano, o bloco sobre domicílios passou a compor uma seção relativamente autônoma do questionário (anteriormente ocupava apenas um pequeno espaço nas laterais da página).

Na investigação desse tema, é fundamental a distinção conceitual entre "domicílio" e "família"—e as fronteiras semânticas entre os dois termos variou muito ao longo do tempo. Domicílio é a unidade de habitação dos indivíduos e sua definição baseia-se, atualmente, em dois critérios: independência e separação. De acordo com o IBGE,

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. (IBGE, Notas Técnicas da PNAD, 2008)

De acordo com a definição acima, separação implica em limitação estrutural da construção e relativa autonomia econômica dos moradores. É essa a acepção vigente e que orienta a aplicação atual dos censos e demais pesquisas domiciliares do IBGE. No entanto, nos Censos de 1960 e 1970, apenas esteve presente a noção de independência. Em 1980, foi incluída a separação – no entanto, ainda sem a dimensão

_

⁸ Esta seção sobre domicílios baseia-se no trabalho de Cavenaghi (2010).

econômica, que define que os moradores tenham que arcar "com parte ou todas as suas despesas". Apenas em 2010 a noção completa é adotada e cabe destacar que tal definição já vigia nas PNADs e na POF mais atuais. A implicação mais óbvia dos fatos apontados acima é a de que as mudanças conceituais engendram também mudanças nas formas de enumeração e contagem e isso pode gerar incompatibilidades entre os censos.

A família é definida como o núcleo básico de reprodução (em contraposição ao domicílio, núcleo de produção). Formalmente, por família censitária, compreende-se:

o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. (IBGE, Notas Técnicas da PNAD, 2008)

No Censo de 1960, pela primeira vez se introduziu a diferença conceitual entre domicílio e família, o que permitiu a identificação de famílias conviventes dentro de uma mesma unidade. No entanto, a diferença entre a quantidade de domicílios e de famílias é irrisória nesse primeiro ano – o que certamente se deve a um artifício da coleta de dados, que identificava, a priori, as famílias residentes. Em 1980, a identificação das famílias passa a ser feita por meio da entrevista e inclui-se a possibilidade de haver uma chefia para as famílias conviventes diferente da chefia do domicílio (que é identificada com a chefia da "família principal"). Tanto os critérios para a definição da posição de "chefe" como para a diferenciação entre "família principal" e "convivente" nunca receberam uma definição completamente explícita e livre de ambiguidades (geralmente está associada à posição de responsabilidade econômica, de proprietário ou locatário etc.) Essas ambiguidades se transferem para a análise dos dados provenientes deste modelo de coleta – e um exemplo eloquente é aquele da crescente chefia feminina de domicílios.

Ainda assim, o conceito de família censitária (ou grupo familiar) não se alterou substantivamente no tempo. Porém o Censo de 2010 eliminou do questionário o conceito e a investigação sobre as famílias censitárias. Nesse último censo, os indivíduos responderam apenas com respeito à sua posição no domicílio. Não obstante, o IBGE, através de um tratamento computacional identificou, *a posteriori*, famílias conviventes. Ainda assim, existem algumas suspeitas de que as famílias operacionalmente identificadas não sejam conceitualmente equivalentes àquelas identificadas nos censos anteriores.

O número de famílias residentes em um domicílio tem ainda a função de auxiliar na distinção entre domicílios coletivos e particulares. Segundo o IBGE um domicílio coletivo é aquele em que a convivência é regida por regras administrativas (p.ex. hotéis, asilos, monastérios etc.) Contudo, como critério adicional, até o Censo de 1980, um domicílio com mais de três famílias conviventes era considerado coletivo. Posteriormente, esse critério é alargado para seis famílias. É possível construir uma comparabilidade retrospectiva, portanto, eliminando-se da análise de domicílios particulares aqueles com mais de três grupos familiares.

As variáveis que caracterizam os domicílios têm aplicação restrita aos domicílios particulares. Elas indicam características de consumo, condições de habitação e

do entorno da residência. Parte delas é coletada via entrevista e parte através da observação e registro feitos pelos entrevistadores ou técnicos do IBGE. Essas informações podem estar contidas no banco de dados de pessoas (i.e., quando os indivíduos representam os registros [linhas] da matriz de dados) ou podem compor um banco de dados específico, em que os domicílios são os registros.

A partir de uma ampla revisão dos quesitos sobre domicílios dos Censos de 1950 a 2000 e de uma versão experimental do questionário de 2010, Suzanna Cavenaghi (2010) faz uma análise de itens semelhante à realizada neste relatório. A autora propõe o agrupamento das variáveis de domicílio em três categorias: Acesso a Serviços Públicos, Características Físicas e Bens Duráveis. O quadro 2, a seguir, explora as variáveis relativas às características do domicílio e faz uso dos agrupamentos propostos pela autora.

	C	luadro 2 - C	ARACTERÍS	TICAS DOS	DOMICÍLIO	S				
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
		Acesso	o a serviços púl	olicos por dom	icílios					
Fonte de abastecimento de água	х	Х	х	х	х	х	X	х	х	х
Tipo de acesso a água							x	x	X	X
Tipo de Escoadouro (instalação sanitária)	x	X	x	x	x	x	x	x	X	X
Existência e acesso a sanitário				x	x	x	x	x	X	X
Destino do Lixo					X	x	x	x	X	x
Possui iluminação elétrica	x	X	x	х	x	x	x	x	X	X
Tempo de disponibilidade da energia elétrica										X
		Cara	acterísticas físi	cas dos domicí	lios					
Espécie (particular/ coletivo/ permanente/ improvisado)	х	х	x	х	х	x	x	х	X	х
Estrutura do domicílio (durável/rústico)	X	Х	x		X					
Material do piso			x	x	X					X
Material das Paredes			x	x	x	x	x		x	X
Material da cobertura (teto)			x	х	x	x	x		X	
Tipo do domicílio (casa/apartamento/etc.)				x	X	x	x	x	x	X
Condição de Ocupação (Próprio/Alugado)	x	X	x	х	x	x	x	x	X	X
Propriedade do terreno							x	x	X	
Instalação Sanitária						x		x		X
Banheiros						x		x		X
Número de cômodos	x	X	x	x	x	x	x	x	X	X
Número de dormitórios	x	X	x	х	x	x	x	x	X	X
Valor do Aluguel	x	X		х	x	x	x		X	X
Tempo de residência		Х		Х						
			Bens du	ıráveis						
Casa e Cozinha										
Fogão e Combustível	X	x	X	X	X	x	x		X	
Geladeira	X	X	X	X	X	x	x	x	X	X
Freezer						Х	X		X	
Filtro de água					X	X	x		X	
Microondas								х		
Máquina de lavar roupa						X	x	X	X	X
Aspirador pó						Х				
Mídia e comunicações										
Rádio	Х	X	X	Х		X	X	X	X	X
Televisão	X	Х	x	x		x	х	х	x	X
Videocassete								х		
Telefone fixo				х		x	X	х	X	X
Telefone celular									Х	X
Geral										
Automóvel		X		х		x		х		X
Motocicleta										X
Microcomputador								х	X	
Microcomputador com acesso à Internet									X	X
Microcomputador sem acesso à Internet									X	X
Ar condicionado								Х		

3.2. Características básicas de identificação

No bloco de identificação básica dos indivíduos, são coletadas algumas informações sobre o perfil demográfico do indivíduo, sobre sua posição no domicílio e na família (comparações de quesitos no quadro 3). Até o ano de 1980, nessa seção do questionário dos censos constava o item "condição de presença". Esse quesito identificava se o indivíduo a que se refere o questionário era um morador do domicílio ou apenas um visitante (que passou a noite no domicílio entre o dia de referência da pesquisa e o anterior) e, caso fosse morador, se estava ou não presente no momento da aplicação. Isto indica que até os anos 1980, os bancos de dados dos censos contêm registros de moradores e não moradores, o que não ocorre a partir de 1991 (e em nenhuma edição da PNAD, apesar de essas conterem um item com o mesmo enunciado). Para que os dados possam ser comparados longitudinalmente, na análise de dados é necessário selecionar apenas os indivíduos moradores.

Nos censos encontramos também um quesito sobre pertença religiosa. Nas PNADs, este tema somente foi investigado em 1988. O IBGE também faz essa questão nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (1995-96, 2002-03, 2008-09). O quesito raça/cor consta em quase todas as edições dos censos, com exceção de 1970. Nas PNADs, a raça não constava como quesito do questionário básico até 1987. Apesar disso, esta questão foi feita em diversas edições, como parte do questionário suplementar. Em 1976, encontramos, inclusive, uma variável que indica a resposta dos indivíduos por extenso, advinda de uma questão aberta. Para uma boa revisão sobre o tema da raça em pesquisas do IBGE, ver Osório (2003).

Com respeito à captação da posição do indivíduo na família e no domicílio (chefe, cônjuge, etc.), há diversas alterações no período considerado. Em 1960 e 1970, ainda não se distingue a chefia do domicílio e da família. Era possível identificar as famílias conviventes numa única habitação, porém a posição das pessoas dessas famílias era feita sempre em relação ao chefe do domicílio. Ou seja, as pessoas das outras famílias eram registradas como filhos, outros parentes e agregados, resultando numa inflação das respostas a essas alternativas. A introdução de duas perguntas distintas para chefe do domicílio e da família só se deu em 1980; e este modelo é copiado pelas PNADs a partir de então. Em 2010, assistimos a outra alteração no questionário. Como vimos na seção sobre domicílios deste relatório, o questionário de 2010 eliminou a investigação sobre famílias —a identificação de grupos familiares conviventes foi realizada posteriormente, através de um algoritmo (deste modo, o quadro abaixo indica que é possível fazer essa distinção entre os grupos familiares, ainda que essa não seja uma característica dos questionários). Outra novidade do Censo de 2010 é a possibilidade de que haja mais de uma pessoa de referência no domicílio.

Desde 1991, os censos incluem questões sobre deficiências e necessidades especiais. Até então, apenas uma pergunta era feita sobre o assunto. Nos Censos de 2000 e 2010, esse tema foi desdobrado em mais quesitos, permitindo medidas mais confiáveis.

O Censo de 2010 incluiu ainda uma seção sobre Populações Indígenas, que contém cinco quesitos. Esse conjunto de questões é respondido por indivíduos que se declararam indígenas na questão sobre raça e para todos os que habitam territórios definidos como indígenas.

	Quadro 3 - Car	acterizaç	ão geral	do mora	ador					
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Condição de Presença	x	Х	Х	Х	Х					
Sexo	x	x	Х	х	x	х	x	х	x	х
Condição na família				х	x	х	x	x	x	х
Condição no domicílio	x	x	Х	х	х	Х	х	х	х	х
Domicílio com mais de um responsável										х
Identificação de famílias conviventes	x	Х	Х	Х	Х	х	X	Х	Х	х
Idade	x	x	Х	х	x	х	x	х	x	х
Religião	x	Х		х		х		х		x
Cor ou raça	x		X	x		Х	x	x	x	x
Tem mãe viva			X	x		Х	x		x	x
Mãe reside no domicílio			Х			х	X		Х	x
Registro de Nascimento										Х
		Povos ind	ígenas							
Se considera indígenas										Х
A qual etnia pertence										x
Fala língua indígena no domicílio										х
Que línguas indígenas fala no domicílio										х
Fala português no domicílio										х
	Deficiên	cias / Neces	sidades Esp	eciais						
Deficiências em geral						Х		Х		
Visão								х		х
Audição								х		x
Capacidades motoras								X		X
Deficiência Mental								X		X

3.3. Migração

Por se constituir um importante indicador dos processos de modernização e desenvolvimento econômico do país, o tema da migração esteve presente em todos os Censos de 1960 a 2010, bem como em quase todas as PNADs analisadas (com exceção de 1985). Sua investigação também ganhou mais quesitos, fornecendo cada vez mais detalhes sobre os locais de residência anterior e o tempo em que ocorreu a migração.

Nos Censos de 1960 e 1970, a investigação da migração se limitava às pessoas que não haviam nascido no município em que residiam na data da entrevista. No Censo de 1980, a investigação se estende a todos os indivíduos e passa a informar também sobre a última etapa do processo migratório, a intramunicipal (i.e. mudanças entre as zonas rural e urbana dentro de um mesmo município). Em 1960 e 1970, apenas se perguntava sobre as etapas estadual e municipal, mas havia uma questão que indicava se a pessoa havia vivido em zona rural num município anterior.

Com respeito a esse tema das migrações internas, o Censo de 1991 é o mais completo. Além de manter todas as questões do Censo de 1980, nessa edição estabeleceuse uma data fixa (cinco anos antes da pesquisa) como período de referência para a pergunta sobre o local de residência anterior. Isso permitiu maior precisão no cálculo dos saldos migratórios. A partir de 1992, as PNADs também incluem essa data de referência de cinco anos.

No Censo de 2000, não há captação da etapa migratória de nível municipal. O Censo de 2010 visou recuperar esse tópico, mas deixou de lado a informação sobre a etapa intramunicipal (rural/urbano). Com isso, um dos eixos que anteriormente era central, a mensuração do êxodo rural, deixou de ser investigado nessa última edição – e esse tema também não é captado pelas PNADs das décadas de 1990 e 2000.

Como novidade, o Censo de 2010 traz um conjunto de quesitos voltados para a identificação de emigrantes internacionais. Essa seção foi aplicada a toda população, por se tratar de um evento raro e que poderia indicar quantidades estatisticamente não significativas numa pesquisa amostral.

Para uma boa revisão sobre a mensuração do fenômeno migratório em pesquisas do IBGE, ver Ervatti e Oliveira (2010) e Carvalho e Rigotti (1998). A comparação dos quesitos dos diferentes levantamentos aparece no quadro 4.

	(uadro 4 - C	Caracterís	sticas de	migraçã	0					
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Município de nascimento		Х	Х	Х		х	Х	Х	Х	х
Tempo que reside no município	х	Х	Х	х		х	х	Х	Х	х
UF/País de nascimento	х	Х	Х	х		х	х	Х	Х	х
Onde morou no município atual (rural/urbano)			Х	х		х		Х		
Município que vivia anteriormente				х		х				х
Viveu em zona rural em município anterior	х	Х	Х	х		х		Х		
Há quanto tempo se deu a última mudança (rural/urbano)						х				
Município e/ou UF que vivia há cinco anos antes						х	х	Х	Х	х
Situação de moradia anterior (rural/urbano)			Х			х				
Idade quando saiu da UF ou país de origem			Х							
Nacionalidade	х	Х		х		х		Х		х
Tempo que reside na UF		Х		х		х	х	Х	Х	х
UF que residia anteriormente	х	Х	Х	х		х	х	Х	Х	х
Ano que fixou residência no país (estrangeiros)						х		Х		х
Emigração de algum morador do domicílio										х
Sexo do emigrante										х
Ano de nascimento do emigrante										х
Ano de partida										х
País para onde ocorreu a migração										х

3.4. Educação

A educação talvez seja o tema cujo formato de investigação se manteve mais estável em censos e PNADs (quadro 6). Só há um momento de mudança substantiva que ocorre primeiramente nas PNADs, em 1992, e depois nos censos, a partir de 2000, com a inclusão da questão "Frequenta escola?". Até então, os questionários continham, de modo geral, quatro perguntas não-estruturadas — as quais já pressupunham, implicitamente, a resposta sobre a frequência à escola. Os estudantes respondiam qual grau e série frequentavam e os não-estudantes qual o último grau e série frequentaram. O modelo não-estruturado implicava (ao menos nas PNADs) na existência de casos em que indivíduos respondiam a ambos os conjuntos de questões, de modo a não ser possível distinguir os que estudavam dos que não. Respostas incoerentes geravam ambiguidades no cálculo dos anos de estudo. Com vistas a minimizar o problema presente nas pesquisas anteriores a 1992, Sergei Soares e Adriana Lima (2002) propuseram um conjunto de passos para o cálculo dos anos de estudo que diverge do método empregado pelo IBGE — e gera resultados mais consistentes e confiáveis. Apesar do método ser voltado às PNADs da década de 1970 e 1980, ele em princípio é aplicável aos Censos de 1960 a 1991.

No Censo de 2010, registramos outra alteração importante: não se pergunta mais a não-estudantes qual a última série que frequentaram - deles se sabe somente qual o último grau concluído ou o nível em que deixaram de estudar. Isso impede, para esse grupo, o cálculo dos anos de estudo como variável quantitativa discreta.

Cabe ainda destacar que as diretrizes legais que regulam a oferta de ensino são um importante condicionante do formato das alternativas de resposta às questões sobre educação, uma vez que determinam os cursos existentes, bem como moldam a divisão das séries e os níveis de ensino existentes. O quadro 5 apresenta uma visão sumária da distribuição dos anos escolares entre os níveis de ensino, segundo as Leis de Diretrizes e Bases (LDBs) da Educação Nacional de 1961, 1971 e 1996. Tais informações são úteis tanto à interpretação dos enunciados das alternativas de resposta (ver planilhas em Excel em anexo), quanto à interpretação dos índices construídos a partir delas.

QUADRO 5 - A organização do ensino nas disposições normativas das LDBs - 1961, 1971 e 1996

Lei 4.024/61	Duração	Lei 5.692/71	Duração	Lei 9.394/96	Duração
- Ensino primário - Ciclo ginasial do Ensino Médio	4 anos 4 anos	- Ensino de Primeiro Grau	8 anos	- Educação Básica > Educação Infantil > Educação Fundamental	variável 8 anos*
- Ciclo Colegial do Ensino Superior	3 anos	- Ensino de segundo grau	3 a 4 anos	> Ensino Médio	3 anos
- Ensino Superior	Variável	- Ensino Superior	Variável	Educação superior	Variável
OBS	5.:	0	BS.:	OF	3S.:
a) A passagem do primár feita através de uma p Exame de Admissão.	•	'	s antigos Primário e receu o exame de	a) Os níveis da Educa ser dois: Educação Superior	ção Escolar passaram a Básica e Educação
b) Os Ciclos Ginasial e Co em Ramos de ensino, Comercial, Industrial, outros.	a saber: Secundário,	'		b) A Educação de Jov Educação Profissio Especial são Moda	•

Fonte: Carneiro (2001) apud RIGOTTI, 2004.

^{*} Pela Lei № 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o Ensino Fundamental passou a durar 9 anos. Estados e municípios tiveram até 2010 para implementar essa mudança.

	Qua	adro 6 –	Educaçã	0						
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Sabe ler e escrever	x	x	х	Х	х	x	х	x	х	x
Freqüenta escola	х	х	Х	Х	Х	х	х	х	Х	х
Série que freqüenta (estudantes)	х	х	Х	Х	Х	х	х	х	Х	х
Grau que freqüenta (estudantes)	х	х	Х	Х	Х	х	х	х	Х	х
Rede de ensino (pública/Privada)									Х	х
Última série que concluiu (não-estudantes)	x	х	Х	Х	Х	х	х	х	Х	
Grau que freqüentou (não-estudantes)	х	х	Х	Х	Х	х	х	х	Х	х
Concluiu o curso mais elevado que freqüentou	х	Х	х	Х	Х	х	х	х	Х	х
Espécie de curso que concluiu	x	х		Х		х		х		х
Já concluiu outro curso de graduação										х

3.5. Fecundidade, mortalidade e nupcialidade

A fecundidade é um tema central para a compreensão das dinâmicas demográficas e sua investigação esteve presente em quase todas as pesquisas domiciliares do IBGE. O tema ganhou crescente importância desde a década de 1960, recebendo cada vez mais quesitos auxiliares, ampliando o escopo de possibilidades de cálculo de indicadores específicos.

Como dito anteriormente, a fecundidade não compõe os questionários básicos da PNAD e, por isso, não foi investigada nos anos das décadas de 1970 e 1980. Esse fato justifica a sua ausência no questionário de 1985. Contudo, esse tema (assim como o da migração e do trabalho infantil) foi replicado sistematicamente em todas as rodadas da pesquisa ocorridas nas décadas de 1990 e 2000 (portanto, aparecem em nosso escopo de pesquisa nos anos 1995 e 2005). Os quesitos sobre nupcialidade estiveram presentes em todos os censos, porém não em todas as PNADs⁹. Trata-se também de um tema que não compõe os questionários básicos. Ele é perguntado em algumas edições das décadas de 1970 e 1980, em quase todas dos anos 1990, porém desaparece do questionário nos anos 2000.

O tema da mortalidade não foi investigado pela PNAD e só consta nos questionários dos censos de 1980 e 2010 (quadro 7). Os pesquisadores que abordam esse assunto, em geral, preferem se valer das estatísticas do registro civil.

-

⁹ Com respeito à nupcialidade, os censos indagaram sempre sobre a data da união atual dos indivíduos. Cabe mencionar, no entanto, que na amostra do Censo de 1991 houve também uma pergunta adicional sobre a data da primeira união – informação bastante interessante, mas que recebeu pouca atenção dos pesquisadores à época, como pontua Chaves (2006).

Quadro 7 - C	Características de	Nupcial	idade, F	ecundida	ide e Mo	rtalidad	e			
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
		Nupciali	dade							
Vive ou viveu em companhia de cônjuge	Х	Х	Х	Х		Х	Х	Х		Х
Tipo de união	Х	X	Х	х		Х	X	Х		х
Estado civil	Х	X		х		Х	X	Х		х
Data da união atual	Х		Х			Х				
Data da primeira união						Х				
		Fecundi	dade							
Filhos nascidos vivos – Total	X	X	Х	х		Х	X	Х	Х	Х
Filhos nascidos vivos – Homens				х		Х	x	х	x	Х
Filhos nascidos vivos – Mulheres				х		Х	X	Х	Х	Х
Filhos nascidos mortos – Total		Χ	Х	x		Х	x	x	x	х
Filhos nascidos mortos – Homens				x		Х	x	x	x	х
Filhos nascidos mortos – Mulheres				x		х	X	х	Х	х
Filhos vivos na data da pesquisa – Total	Х	Χ	Х	x		Х	x	x	x	х
Filhos vivos na data da pesquisa – Homens				x		Х	x	x	x	х
Filhos vivos na data da pesquisa – Mulheres				x		Х	x	x	x	х
Algum filho nasceu nos últimos 12 meses		Х	Х	x		х	X	х	Х	х
Data de nascimento do último filho nascido vivo			Х	x		х	X	х	Х	х
Sexo do último filho nascido vivo						Х	x	x	x	х
Último filho estava vivo na data da pesquisa							X	х	Х	х
Data de falecimento do último filho nascido vivo										Х
		Mortalio	dade							
Algum morador faleceu nos últimos 12 meses				Х						Х
Sexo do falecido				Х						Х
Data de Nascimento/Idade do falecido				Х						Х
Data de falecimento				х						Х

3.6. Trabalho e rendimento

O trabalho é o tema central e estruturante das PNADs. Deste modo o número de quesitos existentes sobre esse tópico ultrapassa em muito o da mesma investigação quando feita nos censos.

O conceito de trabalho figura de diversas maneiras nas pesquisas do IBGE. Na década de 1960, perguntava-se sobre as condições de atividade e ocupação no ano (i.e., é economicamente ativo aquele que trabalhou ou procurou trabalho em algum momento no período de 365 dias). Em seguida, o indivíduo respondia qual era sua "ocupação habitual" (aquela que exerceu durante mais tempo no ano anterior). Caso estivesse trabalhando na semana de aplicação do censo, o respondente apenas indicava se a ocupação que estava exercendo era a mesma informada no quesito anterior, referente ao ano. Se a resposta fosse afirmativa, tínhamos também o dado sobre a ocupação da semana de referência (SR); caso contrário, ela não era captada. Esse mesmo modelo foi aplicado no Censo de 1970.

Em 1980, o questionário do censo também indaga sobre a ocupação habitual, contudo acrescenta que "se [o indivíduo] mudou de ocupação com ânimo definitivo, [o entrevistador deveria] registrar a ocupação atual". Além disso, um outro quesito indaga sobre a ocupação da semana de referência para casos em que não há esse "ânimo definitivo" ("Se na semana de 25 a 31-8-1980 estava exercendo uma ocupação diferente da que exerce habitualmente, qual a ocupação que exerceu?").

Em 1991, a pessoa apenas responde acerca de sua ocupação habitual ou aquela para a qual mudou com ânimo definitivo — isso implica que para uma parcela dos respondentes, não temos registro da ocupação exercida nos últimos sete dias (como ocorria nos Censos de 1960 e 1970). Já em 2000 e 2010, pergunta-se apenas sobre a ocupação dos últimos sete dias. É importante frisar que as diferenças na forma de captação do trabalho apontadas implicam restrições na comparação dos dados.

Nas PNADs há vários conceitos e medidas sobre o trabalho dos indivíduos. Nas décadas de 1990 e 2000, além do "trabalho principal da semana de referência" e "trabalho principal da semana do período de 365 dias", pergunta-se também sobre o "trabalho secundário da semana de referência" (para aqueles com mais de um emprego), sobre o "trabalho anterior exercido no mesmo ano" (para os que trabalham na semana de referência e mudaram de emprego há menos de um ano) e sobre o "trabalho exercido nos quatro anos anteriores" (para aqueles que não trabalharam no ano).

Para além da questão sobre o período de referência, a comparabilidade das questões sobre trabalho depende ainda dos sistemas de classificação ocupacional e de setores de atividade econômica. Até 2000, cada edição dos censos empregou um sistema diverso — cujo tamanho, detalhamento e complexidade foram sempre crescentes. Em 2010, foram utilizadas as mesmas classificações da década anterior. Por sua vez, as PNADs sempre se utilizaram dos sistemas empregados nos Censos Demográficos do início do decênio.

Inúmeros artifícios podem ser utilizados para tornar as classificações compatíveis; e a própria Comissão Nacional de Classificações do IBGE (Concla) fornece, para as décadas mais recentes, tabelas de conversão/correspondência dos códigos entre os dois sistemas. Porém, alguns pesquisadores preferem transpor as diferentes classificações brasileiras para algum sistema internacional que lhes serviu de modelo ou criar seus próprios agrupamentos e categorias. Todavia, é necessário destacar que qualquer operação de

conversão incorre em graves problemas de confiabilidade nos níveis mais desagregados¹⁰.

Com relação aos rendimentos, a primeira dificuldade para uma abordagem longitudinal consiste na aplicação de deflatores e métodos de conversão monetária. De 1960 a 2010, houve sete alterações da moeda brasileira, sendo que cinco delas ocorreram entre 1986 e 1994. Além disso, a gama de índices de inflação (bem como dos métodos que empregam para medir o fenômeno) variou consideravelmente. Qualquer procedimento de conversão e correção monetária deverá empregar informações advindas de fontes diversas. O IPCA é usualmente definido como deflator padrão – no entanto, suas medições só chegam até o ano de 1980. Corseuil e Foguel (2002) sugerem um conjunto de deflatores para os censos, PNADs e PMEs, construídos a partir do IPC e outros índices e abarcando o período de 1960 até o início da década de 2000. O procedimento indicado no trabalho desses autores se constitui num método para viabilizar a comparação monetária e pode ser estendido para os demais anos até 2010.

Ao lado da questão das diferenças monetárias, inclui-se o fato de que as questões voltadas para a captação dos rendimentos não se mantiveram constantes no tempo. Em 1960 e 1970, por exemplo, só há uma questão dedicada a esse tópico, na qual se pede para que o indivíduo informe sua "renda média" advinda de todas as fontes. Deste modo, não é possível decompor as fontes de renda e identificar a parcela que não advém do trabalho. A partir das PNADs da década de 1970, a captação da renda se tornou mais detalhada, com a inclusão de diversos quesitos que identificam as fontes de renda e especificam os valores recebidos em cada uma delas. Em geral, os itens básicos são renda do trabalho, de aposentadorias e pensões e outras fontes de renda. O conteúdo dessa categoria de "outras fontes" variou bastante, podendo incluir aluguéis, doações, rendimentos de juros e capital e, mais recentemente, transferências de programas sociais. Com respeito a esse último ponto, a relevância, tanto política como acadêmica, do combate à pobreza e às desigualdades sociais impeliu à formulação de metodologias para a decomposição e identificação desses repasses governamentais que podem ser aplicadas em algumas pesquisas domiciliares (cf. SOARES et al, 2006; SOUZA, 2010). Por último, há o tema do trabalho infantil, sistematicamente investigado pelas PNADs, mas que só esteve presente no Censo de 1980. Síntese da comparação dos quesitos relativos a trabalho e rendimentos aparece nos quadro 8 a 15.

_

¹⁰ Januzzi (2003) sugere o uso de sistemas agregados por classe do tipo Casmin, a exemplo daqueles utilizados nos debates neomaxistas e neoweberianos de estratificação social. Em específico, indica a classificação elaborada por John Goldthorpe (1992). Esse procedimento, no entanto, implica o abandono da ideia de ocupação (definida como um conjunto de tarefas realizadas num trabalho) e sua substituição pela noção de classe numa acepção teórica muito específica.

Q	uadro 8	- Trabalh	o e rend	limento						
Caracte	erísticas	de tral	oalho e	rendim	ento					
	Censo	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo
	1960	1970	1976	1980	1985	1991	1995	2000	2005	2010
Condição de atividade na semana	Х	Х	Х	Х	Х		Х	Х	Х	х
Condição de atividade no ano	Х	Х	Х	Х	X	X	Χ		Χ	
Condição de ocupação na semana	Х	Х	Х	Х	Х		Х	Х	Х	х
Condição de ocupação no ano	Х	Х		х	Х	x	Χ		Χ	
Número de trabalhos na semana de referência					Х		Χ	Х	Χ	х
Associação a sindicato no mês de referência							Χ		Χ	
Tipo de sindicato no mês de referência							Х		Х	
Idade ao ingressar no primeiro trabalho							Χ		Χ	
Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência							Χ		Χ	
Número de horas que dedicava por semana aos afazeres									V	
domésticos									Х	
Era contribuinte de alguma entidade de previdência privada,							х		х	
no mês de referência							^		A	
Era aposentado de instituto de previdência público							Х		Х	
Era pensionista de instituto de previdência público						Х	Х	Х	Х	Х

Qua	adro 9 -	Trabalh	o e rend	limento						
Trabalho principa	al da s	emana	de refe	rência (continu	ıação)				
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Ocupação			Х	х	х		х	х	Χ	х
Atividade			Х	х	х		х	х	Χ	х
Posição na ocupação			Х	х	х		х	х	Χ	х
Local de trabalho				х			х		Х	
la direto do domicílio em que morava para esse trabalho							X		X	
Tempo gasto para o deslocamento até o trabalho							Х		Х	
Horas trabalhadas por semana		X	Х	Х	Х	Х	X	х	Х	х
Previdência			Х	Х	X		Х	х	Х	Х
Tipo de previdência pública							Х		Х	
Tempo de permanência (anos) no trabalho			Х				Χ		Χ	
Empregados em ativida	ade agríc	ola (Trabal	lho princip	al da sema	na de refei	rência)				
Condição (posição na ocupação) em relação ao empreendimento							Χ		Χ	
Recebimento em área para produção							Χ		Χ	
Parceria com o empregador							Χ		Χ	
Contratante do empregado temporário (com ou sem					х		Х		Х	
intermediação)					^		^		^	
Ajuda de pessoa não remunerada do mesmo domicílio							X		X	
Empregador e Conta-própria e	m ativida	de agrícola	a (Trabalho	principal	da semana	de referêr	ncia)			
Número de pessoas não remuneradas do domicílio que empregou							Х		Х	
(somente empregador)							,		,	
Número de empregados temporários (somente empregador)							X		X	
Número de empregados permanentes (somente empregador)							Х		Х	
Condição (posição na ocupação) em relação ao empreendimento (somente conta-própria)							X		X	

Q	uadro 9	- Trabalh	o e rend	limento								
	Trabalho principal da semana de referência (continuação)											
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010		
Área do empreendimento							Χ		Χ			
Tipo de parceria/forma de contratação pela produção							Х		Х			
Compromisso prévio de venda da produção principal do empreendimento							X		Х			
Tipo de rendimento (dinheiro, produto, serviço)												
Comprador da produção principal do empreendimento							Χ		Χ			
Consumo de produção do empreendimento no domicílio												
Empregados em ativid	ade não-ag	rícola (Tra	balho princ	ipal da ser	nana de re	ferência)						
Jornada diurna e noturna							Χ		Χ			
Setor do emprego							X		Χ			
Área do setor público							Χ		Χ			
Identificação de militares e estatutários							Х		Х			
Exercício do serviço doméstico remunerado em mais de uma unidade domiciliar (empregados domésticos)							Х		Х			
Periodicidade do exercício do trabalho no serviço doméstico remunerado (empregados domésticos)							X		X			
Empregado em qualquer atividad	e e trabalh	ador domé	sticos (Tra	balho prin	cipal da se	mana de re	eferência)					
Número de pessoas ocupadas no emprego							X	Х	Х	Х		
Forma de remuneração contratada							X		Х			
Carteira assinada			Х		Х		Х		Х			
Recebimento em benefícios (moradia, Alimentação, transporte, etc)							X		Χ			
Local do estabelecimento em que trabalha							X		X			
Tempo de deslocamento casa-trabalho							X		Χ			
Por que não trabalha mais que 40 horas			Х									

Quadro 10 - Trabalho e rendimento										
Trabalho princi	pal da s	emana	de refe	rência (continu	ıação)				
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Como conseguiu a ocupação principal			х							
O atual emprego é o primeiro emprego			х							
Tempo sem trabalhar entre o emprego atual e o anterior			х							
Empregador e Conta-própria en	m atividade	e não-agríc	ola (Traba	lho principa	al da sema	na de refe	rência)			
Número de pessoas que ocupava							Χ	х	Χ	
Número de sócios							Х		Х	
Número de trabalhadores não remunerados que ocupava							Х		Х	
Empregos anteriores	no ano de	referência	(ocupado	s na Semar	na de Refer	ência)				
Saiu de algum trabalho no ano de referência							Х		Х	
De quantos trabalhos saiu no ano de referência							Х		Х	
Número de meses que permaneceu em trabalho anterior							Х		Х	
Tinha carteira de trabalho assinada no último trabalho							Х		Х	
Recebeu seguro-desemprego							Х		Х	
Empregos anteriores no ano	de referêr	ncia (inativ	os ou desc	cupados n	a Semana d	de Referên	cia)			
Exerceu algum trabalho no período de captação de 358 dias			х				х		Х	
De quantos trabalhos saiu no ano de referência							х		x	

Quadro 11 - Trabalho e rendimento										
Tra	balho secundá	rio da s	emana	de refe	rência -	-				
		(ocupados	na SR)							
	Censo	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo
	1960	1970	1976	1980	1985	1991	1995	2000	2005	2010
Ocupação							X		X	
Atividade							Х		Х	
Posição na ocupação							х		х	
Previdência							X		X	
Tipo de previdência pública										
Setor do emprego (público/privado)							х		х	
Área do setor público							х		Х	
Identificação de militares e estatutários							х		Х	
Carteira assinada							х		Х	
Horas trabalhadas por semana							X		X	
	Dutros trabalh	os da se	emana d	de refer	ência					
(00	cupados na SR - exc	lusive trak	oalho prin	cipal e sec	cundário)					
Previdência							Х		Х	
Tipo de previdência pública							X		X	
Número de horas trabalhadas por semana				х		X	X	х	X	

Qı	uadro 12	- Traball	ho e ren	dimento								
Trabalho principal no ano												
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010		
Aspectos gerais												
Ocupação	Х	X		х		x	x		x			
Atividade	Х	X		х		х	х		X			
Posição na ocupação	Х	X		х		х	х		X			
Tinha carteira de trabalho assinada no trabalho principal do ano						х	х		X			
Número de salários recebidos no ano						х						
Número de pessoas ocupadas no emprego						Х						
	Emprega	dos em at	ividade agı	rícola								
Condição (posição na ocupação) em relação ao empreendimento							Χ		Χ			
Recebimento em área para produção							Χ		Χ			
Parceria com o empregador							Χ		Χ			
	Empregado	s em ativi	dade não-a	agrícola								
Posição na ocupação							X		Х			
Setor do emprego (público/privado)							х		X			
Área do setor público							х		X			
Identificação de militares e estatutários							х	x	X			
Exercício do serviço doméstico remunerado em mais de uma							х		Х			
unidade domiciliar (empregados domésticos)							^		^			
Recebeu seguro-desemprego							Х		X			
Era contribuinte de instituto de previdência						Х	Х		X			
Número de meses que esteve nesse trabalho							X		X			

Qu	adro 13	- Traball	ho e ren	dimento						
Inatividade / Desemprego / Procura de trabalho / Ocupação para pessoas que não trabalharam no ano										
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010
Trabalhou alguma vez com remuneração					х					
Trabalhou alguma vez sem remuneração					Х					
Teve algum trabalho no ano anterior							х		х	
Número de anos desde que saiu do último trabalho					Х		х		х	
Número de meses desde que saiu do último trabalho			Х		Х		х		Х	
Ocupação anterior			Х		Х		Х		Х	
Atividade da ocupação anterior					Х		Х		Х	
Tempo que trabalhou no último emprego			х							
Motivo da saída do último emprego			Х							
Identificação de militares e estatutários							Х		Х	
Carteira assinda no último emprego							Х		Х	
Recebeu FGTS ao sair					Х					
Procurou trabalho na semana de referência					Х		х		Х	
Procurou no mês de referência							х	х	Х	х
Procurou nos dois meses anteriores à pesquisa			х		Х		х		Х	
Procurou trabalho no ano		Х					х		х	
Como procurou trabalho			х		х		х		х	
Tipo de trabalho que procura (tempo integral/parcial)			х							
Disponibilidade para assumir o emprego procurado na SR										х

Quadro 14 - Trabalho e rendimento											
Rendimentos											
	Censo 1960	Censo 1970	PNAD 1976	Censo 1980	PNAD 1985	Censo 1991	PNAD 1995	Censo 2000	PNAD 2005	Censo 2010	
Identificação - trabalho principal			х	x	х	x	х	x	х	х	
Identificação - trabalho secundário							Х		х		
Identificação - outros trabalhos				х		x	Х	х	х	х	
Identificação - Aposentadoria/Pensão			Х	х	Х	х	Х	х	Х	х	
Identificação – Abono					Х		Х		Х		
Identificação – Aluguel			Х	х	Х		Х	х	Х		
Identificação – Doação			Х	х			Х	х	Х		
Identificação - Emprego de capital / Juros / Caderneta de poupança / Programas sociais / Outros			х	x	х	x	x	x	х	x	
Valor dos rendimentos - Renda média de todas as fontes	Х	Х									
Valor dos rendimentos - trabalho principal			х	х	Х	х	х	х	х	х	
Valor dos rendimentos - trabalho secundário							Х		х		
Valor dos rendimentos - outros trabalhos				х		х	Х	х	х	х	
Valor dos rendimentos - Aposentadoria/Pensão			X	х	х	X	Х	х	Х		
Valor dos Rendimentos - Abono					Х		Х		Х		
Valor dos rendimentos - Aluguel			Х	х	Х		Х	х	Х		
Valor dos rendimentos - Doação			Х	х			х	х	Х		
Valor dos rendimentos - Emprego de capital / Juros / Caderneta de poupança / Programas sociais / Outros	е		x	х	х	x	x	x	х	х	

Quadro 15 - Trabalho Infantil										
	Censo	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo	PNAD	Censo
	1960	1970	1976	1980	1985	1991	1995	2000	2005	2010
Características gerais										
Condição de ocupação no ano				х			Х		Х	
Condição de ocupação na semana							Х		Х	
Afazeres Domésticos									Х	
Número de horas em afazeres domésticos									Х	
	Trabalho pi	rincipal do p	período de 3	365 dias						
Ocupação				x			Х		Х	
Atividade							Х		Х	
Posição na ocupação							Х		Х	
Rendimento médio mensal				x						
Horas habituamente trabalhadas em uma semana				х						
	Trabalho pri	incipal da se	mana de re	eferência						
Ocupação							Х		Х	
Atividade							Х		Х	
Posição na ocupação							Х		Х	
Rendimento							Х		Х	
Horas trabalhadas por semana							Х		Х	

4. Comentários finais

Os tópicos abordados neste relatório apontam que é possível realizar trabalhos comparativos no período 1960-2010 usando as pesquisas domiciliares do IBGE, e, assim, traçar panoramas históricos e longitudinais. No entanto, a validade e a confiabilidade das inferências delineadas num exercício desse tipo variam conforme o tema ou quesito de interesse.

Nas seções iniciais lançamos luz sobre aspectos gerais envolvidos no uso dos censos e das PNADs, apontando pontos de encontro e diferenças entre as duas pesquisas. Em primeiro lugar, cabe lembrar que a abrangência temporal e geográfica da PNAD é distinta daquela dos censos — e isso levanta a necessidade de recortes que levem em conta apenas o escopo comum. Em segundo lugar, é importante reforçar que a PNAD usa aquilo a que chamamos Amostragem Complexa, o que traz dificuldades para o cálculo de medidas de dispersão (e, consequentemente, para a realização de testes de hipótese, cálculo de estimativas intervalares etc.) A inclusão do desenho amostral na análise dos dados da PNAD é condição essencial para possibilitar a comparação de suas informações com as de registros administrativos e dados censitários (não somente do IBGE). Apontamos algumas alternativas para o tratamento dessa questão, porém, nem todas elas resolvem o problema de modo igualmente eficiente. A melhor solução proposta (Nascimento, Pessoa e Lila, 2002) aplica-se apenas aos dados da década de 1990, com possibilidades de extrapolação para a década de 2000. É preciso ainda encontrar um caminho semelhante para o tratamento dos dados das décadas de 1970 e 1980.

Na terceira seção deste texto, bem como em seus subitens, foram apresentados os resultados sintéticos do exercício de comparação e pareamento dos questionários das pesquisas selecionadas. Como informado anteriormente, a comparação detalhada dos quesitos e de suas alternativas encontra-se nas duas planilhas em formato Excel que compõem este texto para discussão.

As possibilidades de comparação e análise longitudinal não se limitam às indicações feitas aqui. Combinações de variáveis, criação de índices e escalas e outras soluções criativas podem permitir outros caminhos não foram mencionados de uso dos dados.

5. Bibliografia

- BARBOSA, Rogério J.; MARSCHNER, Murillo; FERRARI, Diogo; SILVA, Patrick; PRATES, lan A.; BARONE, Leonardo S. "Ciências Sociais e Informação Quantitativa no Brasil: Entrevista com Elza Berquó e Nelson do Valle Silva". *Novos Estudos Cebrap*, n.95, 2013.
- CAVENAGHI, Suzana. "Informe técnico A experiência do Brasil nos módulos de domicílio e família nos censos demográficos". CEPAL Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) División de Población. Seminario-taller "Los censos de 2010 y las condiciones de vida" Santiago, 7 al 9 de junio de 2010.
- CHAVES, Maria de Fátima Guedes. "Censo Demográfico de 1991: o auxílio das variáveis de nupcialidade nos estudo migratórios". Trabalho para apresentação no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006-879.pdf
- IBGE COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDA. "O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD)". *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008 1903.pdf
- _____. "Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2011 e a reponderação das PNADs 2001 a 2009". Nota técnica publicada no Portal do IBGE, 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios anual/2011/notas tecnicas/nota tecnica selecao amostra.pdf
- _____. "Seleção da Amostra da PNAD 2011". Nota técnica publicada no Portal do IBGE, 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de D omicilios anual/2011/notas tecnicas/nota tecnica selecao amostra.pdf.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel N. "Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE". Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).
- DE NEGRI, João Alberto; et al. "Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD". IPEA Texto para discussão No. 840. Brasília, novembro de 2001
- FERNANDES, Danielle Cireno. "Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor". Concurso de monografias Prêmio IPEA 40 anos. Brasília, 2004.
- FISHLOW, Albert. "Brazilian Size Distribution of Income". *American Economic Review*, Vol. 62, No. 1, 1972, pp. 391-402.
- FLETCHER, Philip R. RIBEIRO, Sergio Costa. "A Educação na Estatística Nacional". In: Diana Oya Sawyer (org.) Pnads em foco: anos 80. Nova Friburgo: ABEP, 1988.
- FREITAS, M. et al. "Amostra mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares". IBGE - Textos para Discussão, n. 23. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- GOLDTHORPE, J.H. Social mobility and class structure in modern britain. New York: Oxford University Press, 1992.
- HOFFMAN, Rodolfo. *Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e da Posse de terra no Brasil.* Tese de Livre Docência à Escola de agricultura da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1971.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. "Os quesitos de mão de obra nos censos demográficos

- brasileiros de 1960 a 2000". Encontro transdisciplinar espaço e população, Campinas: NEPO/Unicamp, 2003.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil.* 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005 [1973].
- NASCIMENTO SILVA, P.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F."Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral". Ciência & Saúde Coletiva, 7(4):659-670, 2002.
- OSORIO, Rafael Guerreiro. "O sistema classificatório de 'cor ou raça' do IBGE". IPEA Texto para Discussão № 996, Brasília, novembro, 2003.
- REIS, Eustáquio José et al. "Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000". 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 14 de maio de 2011.
- RIGOTTI, J.I.R. Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000. In: RIOS-NETO, E.L.G., RIANI, J.L.R. (org.). Introdução à Demografia da Educação. Campinas, ABEP, 2004.
- SOARES, F. V. et al. "Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade". In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. v. 2.
- SOARES, Sergei; LIMA, Adriana Fernandes. "A mensuração da educação nas pnads da década de 1990". IPEA Texto para Discussão Nº 928, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.
- SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. "Uma metodologia para decompor diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na PNAD". IPEA Texto para Discussão Nº 1517, Rio de Janeiro, dezembro de 2010.



centro de estudos da metrópole



centro de estudos da metrópole

www.fflch.usp.br/centrodametropole/











